

AVISO DE LICITAÇÃO

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2022 - REPUBLICAÇÃO
(Processo nº 002.2022.0022/PMSC)**

OBJETO: contratação de empresa especializada para a **elaboração de projetos executivos de arquitetura, de urbanismo, de infraestrutura e complementares de engenharia**, modelados em software de tecnologia Building Information Modeling (BIM), para o Município de São Cristóvão/SE

Data/horário: 31 de maio de 2022, às 9h.

Prazo de Vigência e Validade: 12 (doze) meses.

Tipo: menor preço global.

Regime de Execução: empreitada por preço unitário

Recursos Orçamentários: REGISTRO DE PREÇOS

Base Normativa: Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal nº 537, além das demais normas correlatas.

Parecer: 329/2022

Autorização Crafi: Registro de Preços

Valor Estimado do Contrato: R\$ 4.670.089,55

Informações: o edital, os demais documentos e informações a respeito desta licitação poderão ser obtidos perante a Comissão Especial de Licitação, no endereço da rua Messias Prado, nº 70, São Cristóvão/SE, fone: **(79) 99610-6944**, no horário das 8h às 14h, ou através do site da Prefeitura de São Cristóvão com o seguinte endereço eletrônico: www.saocristovao.se.gov.br ou através do email: licitacaosc.obras@gmail.com.

São Cristóvão/SE, 27 de abril 2022.

José Robson Almeida Santos
Presidente da Comissão Especial de Licitação

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2022 - REPUBLICAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**, pessoa jurídica público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede no endereço indicado no rodapé desta, através de sua **Secretaria de Infraestrutura** e por intermédio de sua Comissão Especial de Licitação, constituída e nomeada na forma do Decreto nº 243/2021, torna público para conhecimento dos interessados que realizará, **às 9h, do dia 31 (trinta e um) de maio de 2022, no endereço da rua Messias Prado, nº 70, (setor de licitações), neste Município de São Cristóvão**, a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, pelo sistema de registro de preços e sob o regime empreitada por preço unitário, de acordo com os critérios de aceitabilidade contidos neste instrumento convocatório, que se regerá, fundamentalmente, pela **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), pelo **Decreto Municipal nº 537/2017** e pela **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), e suas alterações, e pelas disposições deste Edital, do seu Termo de Referência/Projeto Básico e de seus anexos.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Constitui objeto desta licitação a seleção da melhor proposta para a contratação de empresa especializada **visando a elaboração de projetos executivos de arquitetura, de urbanismo, de infraestrutura e complementares de engenharia, modelados em software de tecnologia Building Information Modeling (BIM)**, de acordo com o Termo de Referência/Projeto Básico/Especificações Técnicas – Anexo I deste Edital, além das especificações e normas estabelecidas pela ABNT.

2. DO VALOR DA LICITAÇÃO

2.1. O custo máximo desta licitação é estimado em **R\$ 4.670.087,55 (quatro milhões, seiscentos e setenta mil, oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)**, não sendo aceitável, por isso, proposta cujo valor global seja a ele superior.

2.2. De igual forma, poderão ser desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários com valores superiores ao orçado pelo Município, salvo se admitida a eventual correção para a preservação da proposta mais vantajosa.

2.3. A quantidade do fornecimento dos serviços indicada na planilha orçamentária constante do termo de referência, **anexo I** deste Edital, é meramente estimativa de consumo, podendo ser utilizada ou não de acordo com as necessidades do Município, sendo que o quantitativo de fornecimento dos serviços será determinado pela ordem de serviço.

2.4. O registro de preço não importa em direito subjetivo de quem ofertou o preço registrado de exigir a aquisição e/ou contratação, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

2.5. Será permitido que outros licitantes venham também a praticar o preço registrado, devendo para tanto assinar o correspondente instrumento de registro de preço.

2.6. O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

I – descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;

II – não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado; e

III – quando, justificadamente, não for mais do interesse do Município;

IV – sofrer a sanção suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município, independente do prazo.

2.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços global e/ou unitários com valores superiores ao orçado pelo Município ou apresentarem preços inexequíveis.

2.8. Se os preços unitários e o preço global informados pela licitante não corresponderem entre si, apenas os preços unitários serão considerados e o total corrigido de forma a conferir com aqueles, considerando-se para a proposta o valor corrigido.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame empresas cujo objeto social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e estejam legalmente estabelecidas no País.

3.2. A participação aqui implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao seu objeto.

3.3. Não poderão participar desta concorrência:

a) empresa que tenha pedido ou sido decretada a falência, concordata, a recuperação judicial ou extrajudicial ou que se encontrem processo de dissolução ou liquidação;

b) empresa que tenha a participação, a qualquer título, de servidor e/ou empregado do Município de São Cristóvão;

c) empresa que esteja suspensa ou impedida de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ou que tenha sido declarada inidônea, inclusive as subcontratadas;

e) empresas que se encontram reunidas em consórcio e/ou aquelas integrantes de mesmo grupo econômico ou com idênticos sócios;

f) cooperativa de mão-de-obra, conforme Súmula 280 do TCU.

3.4. Cada Licitante se fará representar por apenas um preposto, o qual, desde munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada.

3.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante, sob pena de ser excluída do certame.

3.6. Qualquer empresa que não puder enviar seu representante poderá participar das sessões deste procedimento licitatório encaminhando à Comissão os exigidos envelopes, pelo correio ou por outro meio disponível, conquanto que chegue até o dia e hora de abertura da licitação. Nesse caso, a Comissão não se responsabilizará por eventuais danos ou extravio na documentação, bem como pela sua não chegada até o dia e hora de abertura da licitação.

3.7. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de acordo com as definições e critérios dos incisos I e II, artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar em envelope separado de qualquer aqui exigido, Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo constante do Anexo IX este Edital; bem como fazer prova desse enquadramento com o documento de registro na Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais. A Comissão, por sua vez, poderá admitir como prova dessa condição qualquer outro documento idôneo.

3.8. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não puderem de alguma forma comprovar aquela condição poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas no regime.

3.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Nesse caso (havendo restrição), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério do Município, contados a partir do momento e se for declarada vencedora, para devida regularização e apresentações das respectivas certidões negativas ou certidão positivas com efeitos de negativas, sob pena de decadência do direito à contratação.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 Os envelopes deverão ser entregues de uma só vez à Comissão, no dia, hora e local definidos neste Edital, contendo a respectiva documentação, em envelopes distintos, devidamente fechados, lacrados e identificados, observando o seguinte:

a) No primeiro envelope

ENVELOPE Nº 01 – CREDENCIAL (através de procuração pública ou particular, nesse caso com firma reconhecida, dando plenos e irrevogáveis poderes ao outorgado para acompanhar os trabalhos licitatórios e tomar todas e quaisquer deliberações atinentes ao certame, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare expressamente ter poderes para a devida outorga, ficando dispensada a sua apresentação quando se tratar de sócio/diretor da empresa licitante, tudo acompanhado do Contrato Social, Estatuto, Ata de Assembleia ou documentação equivalente).

CONCORRÊNCIA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/SE Nº ____/2022

LICITANTE: (nome da empresa interessada proponente)

DATA E HORA:

b) No segundo envelope

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/SE Nº ____/2022

LICITANTE: (nome da empresa interessada proponente)

DATA E HORA:

c) No terceiro envelope

ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA FINANCEIRA

CONCORRÊNCIA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/SE Nº ____/2022

LICITANTE: (nome da empresa interessada proponente)

DATA E HORA:

4.2. A prova da qualidade de representante legal da pessoa jurídica ou o instrumento de procuração que autorize o preposto a falar em nome da empresa constará do Envelope nº 01, para fins de fins de qualificação, e dar plenos poderes ao credenciado para declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interpor recurso; enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos desta concorrência.

4.3. De toda documentação apresentada em fotocópia poderá ser solicitado o original para conferência

5. DA REUNIÃO DE ABERTURA

5.1. No dia **31 (trinta e um) de maio do ano 2022, às 9h**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de São Cristóvão/SE, situada **no endereço da rua Messias Prado, nº 70, (setor de licitações), neste Município de São Cristóvão**, dar-se-á a abertura da sessão para a devida qualificação e credenciamento dos licitantes, para o recebimento e julgamento dos documentos de habilitação e recebimento das suas propostas comerciais, podendo-se, nesse último caso, realizar-se o julgamento.

5.2. O não comparecimento do licitante ou de seu representante legal não será motivo de desclassificação e/ou inabilitação.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados em **envelope lacrado, numa única via**, em cópias autenticadas ou cópias simples com exibição dos originais, rubricadas e numeradas sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato, com os prazos de emissão e validade dos documentos grifados com lápis salientador. Todos os documentos emitidos pela Licitante deverão ser apresentados digitados eletronicamente, em português, perfeitamente legíveis, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

6.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) ato constitutivo e suas últimas alterações ou alteração contratual com sua pertinente consolidação, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede do licitante, onde deverá estar indicado o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

a.1) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

* Em se tratando de sociedade por ações, o ato constitutivo deverá ser acompanhado da prova de eleição e posse de seus administradores;

* Tratando-se de sociedade civil, o ato constitutivo deverá estar inscrito no órgão de classe acompanhado de prova da diretoria em exercício.

b) registro comercial, no caso de empresa individual.

6.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) certidão de registro do Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, no Estado de sua sede ou do seu domicílio;

b) atestado ou certidão de capacidade técnica operacional, devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome da licitante e que revele ter executado, para pessoa jurídica de direito público ou privado, serviços de características técnicas compatíveis com as do objeto da presente licitação, particularmente quanto ao seguinte:

* **projeto(s) arquitetônico(s) de obras novas**, contemplando, por exemplo, indústria, ginásio de esporte, postos de serviços, escolas, creches e correlatos, com o quantitativo mínimo de 2.000,00 m²;

* **projeto(s) de urbanização**, contemplando, por exemplo, praças, quadras, parques aquático, calçadas, cemitérios, áreas livres para recreação, feiras e exposições, parques, camping, estacionamentos, espaços urbanos, áreas livres das: indústrias, terminais de transportes, conjuntos habitacionais, empreendimentos turísticos, instituições religiosas, etc. entorno das rodovias, ferrovias, áreas rurais, etc, mais parcelamento do solo, com o quantitativo mínimo de 68.000,00m²;

* **projeto(s) elétrico(s)** de edificações comuns, incluindo área urbanizada, com o quantitativo no mínimo de 10.000,00m²;

* **projeto(s) elétrico(s)** de iluminação de áreas externas, com o quantitativo no mínimo de 10.000,00m²;

* **projeto(s) de pavimentação e drenagem**, com o quantitativo mínimo de 25.000,00m²; e

* **projeto(s) estrutural(ais) de contenção / estabilidade de talude**, com o quantitativo mínimo de 1.500,00 m².

c) atestado(s) de capacidade técnica profissional, devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), que revele possuir a licitante em seu quadro permanente ou ter à sua disposição na data da licitação profissional(is) de nível superior detentor(es) daquele(s) atestado(s), por execução de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, particularmente quanto ao seguinte:

* **projeto(s) arquitetônico(s) de obras novas**, contemplando, por exemplo, indústria, ginásio de esporte, postos de serviços, escolas, creches e correlatos;

* **projeto(s) de urbanização**, contemplando, por exemplo, praças, quadras, parques aquático, calçadas, cemitérios, áreas livres para recreação, feiras e exposições, parques, camping, estacionamentos, espaços urbanos, áreas livres das: indústrias, terminais de transportes, conjuntos habitacionais, empreendimentos turísticos, instituições religiosas, etc. entorno das rodovias, ferrovias, áreas rurais, etc, mais parcelamento do solo;

* **projeto(s) de restauração(ões);**

* **projeto(s) estrutural(is)**, incluindo fundações;

* **projeto(s) de obras de artes especiais em concreto armado ou protendido;**

* **projeto(s) elétrico(s)** de edificações comuns, incluindo área urbanizada e de iluminação de áreas externas;

* **projeto(s) de pavimentação e drenagem;**

* **projeto(s) estrutural(ais) de contenção / estabilidade de talude;** e

* **orçamento com especificações**

d) será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

e) os documentos comprobatórios da qualificação técnica deverão vir grifados com lápis salientador nos respectivos serviços e respectivas CAT.

f) indicação do Responsável(eis) Técnico(s) e Declaração de Concordância (Anexo VII).

g) declaração que recebeu os documentos e que tem a plena ciência das exigências do ato convocatório e conhece as condições para execução dos serviços (Anexo III).

h) declaração de inexistência de fato impeditivo de licitar e/ou contratar (Anexo IV).

7.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial, sendo também admitida a autenticação pelo Sistema Público de Escrituração Digital, vedada a sua substituição balancetes ou a balanços provisórios;

a.1) sociedades constituídas a menos de ano, poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo responsável pela empresa;

b) certidão negativa de falência ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante; e

c) comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo estimado da licitação.

7.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeitos de Negativa de **Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as **Contribuições Federais e às de Terceiros (INSS)**.

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

e) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

f) Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos Débitos Estaduais, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual.

g) Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente ao Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza e sua respectiva Dívida Ativa, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal.

7.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Nesse caso (havendo restrição), será assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração Pública, contados a partir do momento e se for declarada vencedora, para devida regularização e apresentações das respectivas certidões negativas ou certidão positivas com efeitos de negativas, sob pena de decadência do direito à contratação.

8. CUMPRIMENTO QUANTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

8.1. Declaração de Regularidade quanto ao Trabalho do Menor – Anexo VIII.

9. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE DOCUMENTOS

9.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em cópias autenticadas ou cópias simples, quando neste caso poderão ser exigidos os originais para a conferência.

9.2. Aqueles documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para verificação de autenticidade.

9.3. Os documentos deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes. Quando o órgão for omissivo em relação ao prazo de validade, considerar-se-á o prazo de validade de 90(noveenta) dias, a contar da data da emissão.

9.4. É facultado à Comissão, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

10. PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada **em envelope lacrado, numa única via**, numerada sequencialmente, em papel timbrado do Licitante, digitada eletronicamente, perfeitamente legível, respeitando as expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, de modo a não conter folhas soltas e rubricadas todas as folhas por quem de direito, contendo a seguinte documentação:

* **CARTA PROPOSTA DE PREÇO**, indicando expressamente o valor global proposto, o prazo de execução e de sua validade, tudo de acordo com o Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I) e os modelos constantes do **Anexo V** deste Edital;

10.2. Fica estabelecido como limite máximo para preço unitário de cada subitem de serviço o correspondente ao valor apresentado na planilha orçamentária do Município.

10.3. As propostas deverão contemplar todos os serviços que compõem o objeto desta concorrência, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes das Instruções Específicas, Termo de Referência - Anexo I do Edital. Não serão aceitas, com isso, propostas que não contemplem a execução de todos os serviços objeto desta licitação. Tais propostas serão desclassificadas.

10.4. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, como impostos e taxas, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, além de eventuais despesas a título de horas técnicas, visitas ao local dos serviços, como o pagamento de fotografias, filmagens, serviços terceirizados, impressões, gravações em mídia, encadernação, transporte, mobilizações, equipamentos e tudo mais que possa incidir, direta ou indiretamente na execução dos serviços.

10.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da **licitante/contratada**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.6. A apresentação das propostas implica no cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente a obrigação de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, insumos, uniformes e acessórios necessários, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.7. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. **E os preços unitários da proposta vencedora não sofrerão reajustes durante a vigência inicial do Termo de Registro de Preço**, não se aplicando essa regra na hipótese revisão dos preços para fins de manutenção do equilíbrio econômico financeiro da avença.

10.8. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato assinado, fica aquela automaticamente prorrogada, salvo se houver expressa manifestação da licitante no sentido contrário, por meio de correspondência, caracterizando seu declínio em continuar na Licitação.

11. DOS PROCEDIMENTOS DA REUNIÃO

11.1. Em atendimento às disposições estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, a **Comissão Especial de Licitação** realizará no dia, horário e local determinados no item 6 deste Edital a sessão de recebimento dos envelopes exigidos neste certame.

11.2. Instalada a sessão, o Presidente declarará abertos os trabalhos, solicitando a entrega do Envelope Nº 1 (Credencial do Representante), devidamente acompanhado da cópia da carteira de identidades e do contrato social, neste caso sendo o sócio o representante.

11.3. Após o registro dos nomes das firmas proponentes, a **Comissão** fará o recolhimento dos demais envelopes, não se admitindo a sua entrega após esta chamada de recolhimento.

11.4. Os Envelopes nº 3, devidamente lacrados, serão rubricados nos seus lacres pela **Comissão** e pelos licitantes presentes, guardados sob a inteira responsabilidade daquela, para posterior abertura.

11.5. Em seguida, o presidente determinará que sejam abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação, quando serão devidamente chancelados pelos licitantes e pela **Comissão**.

11.6. Após a devida conferência dos elementos que constituem os documentos de habilitação, proceder-se-á o seu julgamento ou a suspensão dos trabalhos para uma melhor análise se situação assim exigir.

12. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

12.1. A **Comissão** analisará os documentos de habilitação observando as exigências dos itens 7.1., 7.2., 7.3 e 7.4 deste Edital, devendo ser habilitadas as licitantes que atenderem integralmente as condições e os requisitos ali estabelecidos.

12.2. No julgamento da **habilitação**, a **Comissão** poderá promover diligências e, também, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante decisão fundamentada, tudo registrado em ata e de conhecimento de todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de **habilitação**.

12.3. Poderá, ainda, valer-se da rede mundial de computadores ou de qualquer sistema cadastral que estiver ao alcance para se certificar da validade dos documentos de habilitação.

12.4. As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) que participarem nessa condição serão consideradas habilitadas ainda que haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas. Nesse caso, será assegurado o prazo **de 05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período a critério da Administração Pública, contados a partir do momento e se for declarada vencedora, para devida regularização e apresentações das respectivas certidões negativas ou certidões positivas com efeitos de negativas (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06).

12.5. A não regularização de que trata o subitem 12.4, no prazo então estipulado, implicará decadência do direito à contratação, sujeitando a licitante, por consequência, às previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93. Será facultado à Administração, assim, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06).

12.6. Ocorrendo a inabilitação de todos os licitantes, poderá ser concedido um prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novos documentos, sanadas as causas que deram origem à inabilitação (art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93).

13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS

13.1. As propostas serão classificadas, em ordem de valor crescente, sendo considerado vencedor, para fins de adjudicação, o licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL exequível, observado o disposto no subitem 2.1. deste Edital.

13.2. Na hipótese em que o preço unitário e o preço total indicados **na proposta financeira** não vierem a corresponder entre si, apenas o preço unitário será considerado pela Comissão como válido e os valores parciais e totais serão corrigidos, de forma a conferir com aquele. Considerar-se-á, assim, para a **proposta financeira**, o valor total recalculado.

13.3. Ocorrendo empate nos preços globais, será assegurada preferência de contratação às licitantes que se declararem e comprovarem o enquadramento e, assim, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma que dispõe a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

13.4. Configurar-se-á empate, para efeitos da preferência citada acima, quando os preços ofertados pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar e que não tenha o mesmo direito de preferência.

13.5. Nessa hipótese, a ME ou EPP melhor classificada será notificada para, **querendo**, em sessão pública a ser designada, apresentar nova proposta financeira, nos mesmos moldes indicado no item 10, com preço global inferior ao da primeira colocada. Sendo idônea e válida, será declarada classificada e reconhecida vencedora no certame.

13.6. Não advindo aquela nova proposta ou sendo essa declarada inidônea, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se encontrarem no referido intervalo de 10%, obedecendo-se a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito e por idêntica forma.

13.7. No caso de igualdade dos preços propostos pelas microempresas e empresas de pequeno porte e que se encontrarem naquele mesmo intervalo de 10%, será realizado na própria sessão sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.8. Na hipótese de não apresentação de nova proposta válida pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem *jus* ao direito de preferência reconhecido neste Edital ou a sua não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

13.9. Sucedendo empate dos preços globais entre duas ou mais propostas, não sendo elas consideradas ME ou EPP, a classificação final se fará por sorteio em sessão pública, com a ciência de todos os interessados, em dia, horário e local a ser definido pela Comissão de Licitação.

13.10. As regras de desempate e tratamento favorecido aqui disciplinadas somente se aplicam quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.11. Serão desclassificadas propostas que:

- a) apresentarem preço global ou preços unitários superiores ao valor orçado pelo Município;
- b) não atenderem as exigências deste Edital e anexos e/ou que oferecerem vantagens nele não previstas;

c) forem manifestamente inexequíveis, assim consideradas aquelas que apresentarem valores inferiores a **70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:**

- **média aritmética dos valores globais das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência; ou**
- **valor global orçado pelo Município**

13.12. Serão consideradas inexequíveis propostas com preços em que o licitante não venha demonstrar sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

13.13. Da mesma forma, será facultado à Comissão de Licitação ou à autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução aqui do procedimento licitatório.

13.14. Ocorrendo a desclassificação de todas as propostas, poderá ser concedido aos licitantes um prazo de 08 (oito) dias para apresentação de novos documentos ou de novas propostas, sanadas as causas que deram origem a inabilitação ou a desclassificação.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Dos atos administrativos decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e deste Edital, em particular aqueles relacionados à habilitação ou inabilitação do licitante, ao julgamento das propostas, à anulação ou revogação da licitação, ao indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, à rescisão do contrato e à aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, cabem recurso, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da lavratura da ata se a decisão for proferida e comunicada diretamente aos licitantes presentes; ou contados a partir da publicação do ato na imprensa oficial (art. 109, §1º, da Lei nº 8.666/93).

14.2. O recurso de que trata o subitem 14.1 terá o efeito suspensivo e deverá ser formulado por escrito e dirigido à Comissão Especial de Licitação, que comunicará os demais licitantes para, querendo, impugná-lo também no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Ato contínuo, a Comissão poderá reconsiderar sua decisão. Não o fazendo submeterá os autos dos procedimentos licitatório à autoridade superior para a fundamentada decisão.

14.3. O provimento do recurso somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. A qualquer momento, a Comissão Especial de Licitação ou a Autoridade Superior poderá desclassificar licitantes, sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha

conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas nos documentos de habilitação e nas propostas.

15. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

15.1. Ultrapassadas as fases de julgamento de habilitação e de proposta, a Secretária de Infraestrutura do Município ou o Prefeito, no uso de suas atribuições e na qualidade de autoridade competente (art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93 – Acórdão nº 816/2006 – Plenário – TCU), considerando legítimos os atos praticados pela Comissão e a conformidade da proposta, homologará a licitação e adjudicará seu objeto à licitante julgada vencedora.

15.2. O Município de São Cristóvão poderá revogar a licitação também por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante a provação de terceiro, em parecer escrito e fundamentado.

15.3. A anulação do procedimento licitatório não gera obrigação de indenizar e induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

15.4. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, salvo nesse último caso mediante expressa autorização do Município. Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com licitante que tenha participado da licitação.

15.5. Considerar-se-á parte integrante do contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital e seus anexos, a exemplo do Termo de Referência/Projeto Básico, além da proposta da licitante vencedora.

16. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO TERMO DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Após a **adjudicação do objeto e homologação** da licitação por quem de direito e na forma da legislação, o vencedor será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento da notificação, assinar o respectivo termo de registro de preços, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de realizar os serviços na medida das necessidades e quantidades solicitadas.

16.2. A validade do Termo de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

16.3. Se o **licitante** vencedor recusar-se a assinar o termo de registro de preços, sem justificativa por escrito e aceita pelo **Município**, serão convocados os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, celebrando-se

com eles o compromisso representado pela assinatura do Termo de Registro de Preços, independentemente da sanção prevista na cláusula 22 (item 22.1) deste Edital.

16.4. O registro de preço não importa em direito subjetivo de quem ofertou o preço registrado de exigir a aquisição e/ou contratação, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

16.5. Será permitido que outros licitantes venham também a praticar o preço registrado, devendo para tanto assinar o correspondente termo de registro de preço.

16.6. Os serviços objetos do Termo de Registro de Preços serão solicitados de acordo com as necessidades da **Secretaria de Infraestrutura do Município** e a execução será nas condições definidas no respectivo termo de contrato e/ou no termo de referência.

16.7. A recusa para assinatura também do termo de registro de preço, no prazo assinalado pelo Município, implicará na aceitação tácita de suas condições, para todos os fins, inclusive para fins de aplicação das sanções previstas neste Edital.

16.8. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos registrados nos respectivos Termos de Registros de Preços, consoante inteligência do § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

16.9. Farão parte integrante da avença todos os elementos apresentados pela **licitante** titular do Termo de Registro de Preços que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas nesta **concorrência**, independentemente de transcrição.

17. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1. Na hipótese do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por fato superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços de modo a se tornarem compatíveis com os valores de mercado. Não aceitando a redução, será o fornecedor liberados do compromisso, sem a imposição de penalidade.

17.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

17.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder honrar o compromisso, o Município poderá rever os preços, nos termos da Lei, ou liberá-lo da obrigação, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e, sem aplicação de penalidade, caso confirmada a veracidade dos motivos, convocará em seguida os demais fornecedores para uma negociação.

17.4. Não obtendo êxito, o Município procederá a revogação do termo de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O prazo de vigência do contrato resultante do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contado da respectiva assinatura.

18.2. Tratando-se de prestação de serviços de forma contínua, o contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o **contratante**, limitada a prorrogação a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

18.3. Desejando as partes renovar o(s) contrato(s) objeto(s) desta licitação, por igual e sucessivo período de 12 (doze) meses ou por outro prazo menor e conveniente ao contratante, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas, ficará estabelecido no(s) instrumento(s) contratual(ais) a possibilidade de alteração do(s) respectivo(s) valor(es), mediante a correção pelo INCC acumulado nos 12 (doze) meses da original contratação. Ou mediante a variação dos preços da tabela de honorários da CEHOP. Prevalecerá o que for menor.

19. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

19.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as necessidades e demandas da **contratante**

19.2. O prazo de sua execução, todavia, será aquele estimado pelo **contratante**, de acordo com a complexidade e quantidade, quando da emissão da respectiva **ordem de serviço** e terá início a partir da notificação à **contratada**.

19.3. O prazo de que trata o item 19.2 acima poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita da **contratada**, por razões justificadas e para qual última não tenha dado causa, a exclusivo critério do **contratante**.

19.4. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os serviços tenham sido executados, restará configurado o inadimplemento da **contratada**, sujeitando-a à aplicação das penalidades prevista neste edital e/ou no instrumento de registro de preços.

20. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. **Após a assinatura do termo de registro de preços**, o vencedor poderá a qualquer momento ser notificado para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da notificação, assinar o contrato respectivo, sob pena de ser considerado tal ato como recusa injustificada. O referido prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração

20.2. A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro daquele interstício, configurará descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o licitante às seguintes penalidades e forma cumulada:

I – perda do direito à contratação;

II – perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias previstas neste Edital;

III – suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de São Cristóvão, por um prazo de até 02 (dois) anos.

20.3. É facultado ao Município de São Cristóvão, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos ou der motivo à rescisão, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e desde que também habilitados, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar a licitação.

20.4. **Tendo em vista a natureza da prestação dos serviços, que exige a presença efetiva da contratada para a integral execução do objeto, primordialmente por conta da necessidade de aprovação dos projetos nos órgãos oficiais (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Concessionárias, IPHAN e etc.), obrigatoriamente terá ela que manter durante a vigência do contrato uma estrutura administrativa mínima que suporte os compromissos assumidos para com a contratante, através de sede, sucursal ou filial na denominada região metropolitana Aracaju/SE, sob pena de não contratação ou rescisão do contrato.**

20.5. Para a assinatura do contrato será exigido da licitante vencedora as vias atualizadas e válidas dos documentos exigidos e discriminados no item 7.4, alíneas de “c” a “g” deste Edital, bem como a prova de existência de sede, sucursal ou filial na denominada região metropolitana de Aracaju/SE, sob pena de não contratação, como forma de assegurar a efetiva e integral execução e entrega do objeto.

20.6. Sem prejuízo do disposto em Lei, o contrato decorrente dessa licitação poderá ser alterado, unilateralmente, pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e/ou quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, **respeitado o limite de 25% (vinte e cinco) do valor inicial atualizado do contrato** e que a contratada ficará obrigada a aceitar.

20.7. Na hipótese de supressão o limite acima estabelecido poderá ser excedido se houver acordo entre as partes.

20.8. Para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários da tabela de honorários da CEHOP não poderá ser reduzida, em favor da contratada, em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

20.9. Assim, tratando-se de alteração contratual para a inclusão de serviços novos, os preços devem ser apurados levando em consideração os referidos custos unitários da referida tabela de honorários, aplicando em seguida o mesmo percentual de desconto inicialmente concedido, segundo as diretrizes do item 20.8.

20.10. Fica vedada a subcontratação do objeto do contrato, salvo no caso de subcontratação parcial e mediante expressa autorização do Município. Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com licitante que tenha participado da licitação.

20.11. Considerar-se-á parte integrante do respectivo Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital e seus anexos, a exemplo do Termo de Referência/Projeto Básico, além da proposta da licitante vencedora e o termo ou a ata de registro de preços.

21. DO CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PROJETOS E DO PAGAMENTO

21.1. O **contratante** pagará à **contratada**, pelos serviços efetivamente executados, os preços em reais integrantes da sua proposta comercial.

21.2. Os preços global e unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e serviços em conformidade com as condições previstas no Projeto Básico/Termo de Referência / Especificações, constituindo, assim, a única remuneração da licitante vencedora pelos serviços contratados e executados.

21.3. A forma de pagamento contemplada neste Edital é a de preços unitários.

21.4. Os projetos arquitetônicos, após sua entrega, serão submetidos à aprovação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que emitirá parecer como condição indispensável ao desenvolvimento dos projetos complementares de engenharia.

21.5. O **contratante** deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela **contratada** com base nos serviços aprovados pelo gestor do contrato e aprovação dos projetos nos órgãos oficiais (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Concessionárias, etc.), observando-se, essencialmente, o seguinte:

*** 60% (setenta por cento) do valor dos produtos entregues, após análise e aprovação da contratante e reapresentação de 1ª via corrigida;**

*** 40% (cinquenta por cento) do valor dos produtos quando da efetiva aprovação pelos órgãos oficiais e após a entrega em 03 (três) vias finais e 2 CD's.**

21.6. Deverão ser apresentadas as ART e/ou RRT de todos os projetos, acompanhadas pelos seus respectivos comprovantes de quitação.

21.7. Para os projetos cuja aprovação nos órgãos seja dispensável, será pago o valor integral referente a cada um, quando da entrega do projeto executivo, após análise e aceita da **contratante**.

21.8. Caso haja modificação de área (metragem quadrada) em qualquer uma das etapas do projeto em relação à tabela apresentada, o valor orçado para os serviços será mantido, não podendo a **contratada** solicitar pagamento de serviços extras.

21.9. O **contratante**, por sua vez, desde que atendidas as exigências supra e na forma de suas disposições internas, efetuará o pagamento da fatura **no prazo de 30 (trinta) dias**, mediante depósito em conta corrente indicada pela **contratada**, após a apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite dos serviços pelo **contratante**.

21.10. Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pelo **contratante**, ou obrigações da **contratada** para com terceiros, decorrentes da obra, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o contratante, o pagamento será susgado para que a contratada tome as providências cabíveis. O ônus decorrente de sustações será por conta da contratada.

21.11. Por ocasião do faturamento, será exigida simultaneamente a apresentação dos comprovantes de recolhimento do INSS, FGTS, ISS e PIS, da cópia da matrícula da obra no CEI junto ao INSS, nas hipóteses exigidas legalmente, da cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU e **demais condicionantes fixadas no Decreto Municipal nº 369/2017**.

21.12. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar comprovante de recolhimento mensal através do documento único de arrecadação, conforme art. 13, da Lei Complementar nº 123/2006.

21.13. Sem prejuízo do disposto no item 22.11, caberá ao **contratante** promover a retenção da parcela do ISSQN, quando e se ainda devido e na forma da legislação do Município onde os serviços consideram-se prestados, além da retenção da contribuição previdenciária de que trata a Lei 8.212/91 e observados os limites ali impostos.

22. DAS SANÇÕES

22.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da eventual rescisão unilateral, a **contratada** estará sujeita, com a garantia da defesa prévia e recurso a ela inerente, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa, de até 20% (vinte por cento) do valor contratado ou da obrigação total ou parcial não cumprida, sem prejuízo das perdas e danos;

- c) suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Administração, por um prazo de até 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

22.2. Na imposição de multa, respeitado o limite acima, observar-se-á o seguinte critério:

- a) 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não executados ou sobre a etapa do cronograma físico dos serviços não cumprido; ou
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução do objeto, ou sobre o valor da parcela da obra não execução, na hipótese de inadimplemento parcial.

22.3. As sanções acima referidas (item 23.1) poderão ser aplicadas cumulada ou independentemente, sendo autorizado ao **contratante**, na hipótese de multa, o devido desconto ou a retenção dos valores que eventualmente tenha a receber a **contratada** ou da garantia prestada.

22.4. Na hipótese da retenção ou da garantia prestada serem insuficiente, o valor da multa será cobrado judicial, com o acréscimo de correção monetária pelo IPCA e juros de mora de 1% ao mês, desde a data da imposição e notificação da multa.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

23.1. Qual cidadão poderá impugnar o Edital desta licitação, devendo dirigir seu pedido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação e protocolá-lo no endereço indicado no preâmbulo deste, **até 5 (cinco) dias úteis** antes da data para recebimento dos envelopes e abertura da habilitação, quando deverá a Comissão julgar e responder a impugnação em **até 03 dias úteis**.

23.2. Por sua vez, decairá do direito de impugnar os termos do Edital o licitante que não o fizer **até o 2º (segundo) dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso.

23.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até a decisão definitiva a ela pertinente.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. **A Comissão de Licitação poderá, a critério do Município e para manter o caráter competitivo do certame, relevar omissões ou falhas meramente formais nos documentos e propostas dos licitantes, permitindo-se ali, ainda, as devidas correções e desde que não impliquem em aumento das propostas, sem**

prejuízo de requerer informações adicionais, bem como, valer-se da rede mundial de computadores – Internet-, quando possível, para a verificação da regularidade / validade de documentos ou fixar prazo para dirimir eventuais dúvidas, em qualquer fase da licitação.

24.2. O Município de São Cristóvão, através da autoridade competente, até a formalização definitiva do futuro contrato, poderá desistir da contratação, bem assim revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões interesse público, não cabendo às licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for; ou anulá-la por ilegalidade ou vício insanável, de ofício ou quando provocado, que o fará em razões fundamentadas.

24.3. Independentemente de declaração expressa, a apresentação de documentos e proposta implica a aceitação plena das condições e exigências deste edital e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos e propostas apresentados e, ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa, bem como de que deverá declará-lo quando ocorrido.

24.4. No caso de eventual divergência entre este Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do Ato Convocatório.

24.5. Quaisquer pedidos de informações ou de esclarecimentos que se façam necessários à elaboração das propostas deverão ser formulados por escrito à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, localizada na rua Messias Prado, nº 70, São Cristóvão/SE Fone **(79) 99610-6944**, ou dirigidas ao email: licitacao.obras@gmail.com, até o 2º (segundo) dia útil antes da data marcada para abertura da Licitação, ficando desde já entendido que a ausência da resposta não constituirá motivo para alteração das condições e prazos.

24.6. Inexistindo pedidos naquele sentido ou formulados fora do prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e proposta, não cabendo ao licitante o direito a qualquer reclamação posterior.

24.7. São partes integrantes deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência//Especificações;
- b) ANEXO II – Modelo de Credenciamento;
- c) ANEXO III – Modelo de Declaração de Recebimento dos Documentos;
- e) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar;
- f) ANEXO V – Modelo Carta Proposta;
- g) ANEXO VI - Minuta de Contrato;
- h) ANEXO VII – Modelo de Indicação do Responsável Técnico e Concordância do Responsável;
- i) ANEXO VIII – Modelo de Declaração Regularidade quanto ao Trabalho do Menor;
- j) ANEXO IX – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP.

25. DO FORO

25.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Cristóvão/SE para dirigir quaisquer dúvidas e dirimir litígios relacionados a esta licitação, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

São Cristóvão/SE, 27 de abril de 2022.

**Presidente da Comissão Especial de Licitação
José Robson Almeida Santos**

PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO



ANEXO I

COORDENAÇÃO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO / ESPECIFICAÇÕES

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Ref. Concorrência nº

Em atendimento ao disposto na LICITAÇÃO em epígrafe credenciamos o Sr....., portador da Carteira de Identidade n.º expedida por em ___/___/___, e do CPF n.º _____, para que represente nossa empresa nesta Licitação, com poderes plenos para prestar esclarecimentos, assinar Atas, interpor recursos ou renunciar ao direito de interpôlos e praticar tudo mais que seja necessário à participação de nossa empresa na Licitação.

Local,de.....de 2022.

nome e assinatura do responsável pela empresa

OBSERVAÇÃO:

Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal.

Este documento de credenciamento poderá ser substituído por Procuração.

Em ambos os casos (este Anexo ou Procuração), deverá ser juntado o documento que comprove o poder de delegação do outorgante e que comprove a assinatura do outorgante.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Ref. Concorrência nº ...

A Licitante, por seu representante legal, o Sr...., DECLARA que recebeu do Município de São Cristóvão toda a documentação da Concorrência identificada em epígrafe, composta do edital e seus elementos constitutivos, tomando em nome da licitante conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos e proposta e a execução do objeto da Licitação.

Local, de de 2022.

.....
Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR E/OU CONTRATAR**

Ref. Concorrência nº

A Licitante, por seu representante legal, o Sr....., DECLARA, sob as penas da lei, que não se encontra declarada inidônea e/ou suspensa de participar de licitação ou impedida de contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Local, de de 2022.

.....
Carimbo e Assinatura

ANEXO V

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA

Ao Município de São Cristóvão

Ref. Concorrência nº

Prezado,

Submetemos à apreciação de Vossa Senhoria a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

- a) executaremos os objetos desta licitação pelo valor total de, de acordo com as respectivas demandas do Município e no prazo que for determinado na correspondente ordem de serviços. Ao tempo em que assume inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na elaboração da proposta;
- b) manteremos válida a proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de recebimento da proposta financeira e documentos de habilitação, aceitando que, ocorrendo recurso de habilitação ou inabilitação de licitante e suas eventuais impugnações, bem como de julgamento das propostas comerciais e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da proposta financeira não correrá, tendo em vista o efeito suspensivo destes recursos;
- c) utilizaremos material equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução dos serviços, de acordo com as exigências do edital e de seus anexos, bem como da fiscalização do Município;
- d) na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações técnicas, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas e padrões do Município de São Cristóvão.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do representante legal da empresa

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENTE A QUANTITATIVOS PARA 12 MESES

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTDE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	PROJETO ARQUITETURA E URBANISMO				
1.1.1	Residências:				
1.1.1	Residências: a) Habitação Unifamiliar até 200,00 m2. Ex: Casa de 150,00 m2 Mínimo - R\$ 1.208,00 (50,00m2) Custo/m2 = R\$ 13,00 Excedente= 100,00 m2 Cálculo = 100x13,00 = R\$ 1.300,00 + 1.208,00=2.508,000	m ²	2.000,00		
1.1.2	Galpões, oficinas, telheiros, garagens, armazens, silos, estufas, trapiches, depósitos, pavilhão de exposições, píer, atracadouros e correlatos	m ²	5.000,00		
1.1.3	Indústrias, supermercados, ginásio de esportes, piscinas cobertas, cozinhas industriais, postos de serviços e correlatos.	m ²	5.000,00		
1.1.4	Escolas, creches, quartéis, delegacias, cadeias públicas, postos policiais, terminais turísticos, restaurantes, lanchonetes, quiosque, bares, lojas, boates, sanitários públicos, quiosques e correlatos.	m ²	7.000,00		
1.1.5	Habitação coletiva, prédios para escritórios, consultórios, administrativos, públicos, edifício garagem, rodoviárias, aeroportos, bibliotecas, shopping, centros comerciais, bancos, clubes, museus, monumentos, instituições religiosas, centros de convenções, hotéis, penitenciárias e correlatos.	m ²	7.000,00		
1.1.6	Hospitais, laboratórios, clínicas com internamento, estúdios de rádio e TV, teatros, cinema e correlatos.	m ²	7.000,00		
1.1.7	Maquete eletrônica	und	40,00		
1.2	ARQUITETURA DE OBRAS EXISTENTES				
1.2.1	Reformas com demolições e novas execuções*	m ²	6.000,00		
1.2.2	Restaurações**	m ²	5.000,00		
1.2.3	Levantamento cadastral - a obtenção do preço final será escalonada, aplicando-se os dois valores, conforme exemplificado no item 1.4 Urbanização				
	Área até 200,00 m2	m ²	20.000,00		
	Áreas de 201,00 m2 a 500,00 m2	m ²			
	Áreas de 501,00 m2 a 1.000,00 m2	m ²			
	Áreas acima de 1.000,00 m2	m ²			
1.2.4	Adequação para Acessibilidade de edificações existentes (Observação: se a contratação incluir o projeto de reforma da edificação, este item não será pago) - preço por área construída.	m ²	7.000,00		
1.2.5	Ampliações** *	m ²	1.000,00		

Observação: No caso de ampliações com características adversas à tipologia existente, o valor do projeto será o estabelecido no item 1.1 Arquitetura. /* Até 50,00 m2 o custo será de R\$ 866,72. Acima desta área, utilizar 80% dos valores da Tabela do item 1.1 Arquitetura / ** Pequenas áreas de restaurações adotar o valor mínimo / * (usando a mesma tipologia), o valor será de 80% do valor da tabela para obras novas correspondentes.**

1.3	EQUIPAMENTOS URBANOS				
1.3.1	TIPO II Banca de revista, quiosque aberto, Mini Pier, posto policial e guarita	und	5,00		
Observação: Área até 50,00 m². Acima dessa área, utilizar a tabela do item 1.1 Arquitetura.					
1.4	URBANIZAÇÃO				
1.4.1	Praças, quadras, parques aquáticos, calçadões, cemitérios, áreas livres para recreação, feiras e exposições				
	De 0 a 2.000,00 m2	m ²	20.000,00		
	2.000,01 m2 a 5.000,00 m2	m ²			
	5.000,01 m2 a 10.000,00 m2	m ²			
	10.000,01 m2 a 20.000,00	m ²			
	20.000,01 a 30.000,00 m2	m ²			
	30.000,01 a 40.000,00 m2	m ²			
	Acima de 40.000,00m2	m ²			
1.4.2	Parques, camping, estacionamentos, espaços urbanos, áreas livres das indústrias, terminais de transportes, conjuntos habitacionais, empreendimentos turísticos, instituições religiosas, etc, entorno das rodovias, ferrovias, áreas rurais, etc., mais parcelamento do solo.	m ²	270.000,00		
	De 0 a 25.000,00 m ²				
	Acima de 25.000,00 m2				
1.5	PAISAGISMO				
1.5.1	Valores cobrados pela área de intervenção botânica				
	De 0 a 2.000,00 m2				
	2.000,01 m2 a 5.000,00 m2				
	5.000,01 m2 a 10.000,00 m2				
	10.000,01 m2 a 20.000,00	m ²	40.000,00		
	20.000,01 a 30.000,00 m2				
	30.000,01 a 40.000,00 m2				
	Acima de 40.000,00m2				
*Observação: O método de cálculo também será escalonado, conforme exemplificado no item 1.4 Urbanização.					
2	PROJETOS DE ENGENHARIA				
2.1	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUINDO FUNDAÇÕES				
2.1.1	Concreto Armado /concreto protendido*	m ²	15.000,00		
2.1.2	Aço/Alumínio/Madeira	m ²	2.000,00		
2.1.3	Recuperação estrutural com reforço	m ²	1.000,00		
2.1.4	Recuperação estrutural em pontos isolados**	m ²			
Observação: * Análise de acordo com a complexidade do projeto. / ** Casos Complexos: hora técnica trabalhada -					

revista construção N/NE.					
2.2	PROJETO DE FUNDAÇÕES				
2.2.1	Fundações rasas (até 500 m2 ou acima de 500 m2)*	m ²	4.500,00		
2.2.2	Fundações profundas, reforço do solo e soluções complexas (até 500 m2)**	m ²	600,00		
2.2.3	Fundações profundas, reforço do solo e soluções complexas (acima de 500 m2)**	m ²	300,00		
Observação: * 30% do valor do projeto estrutural					
2.3	PROJETO HIDRÁULICO				
2.3.1	Água Fria	m ²	20.000,00		
Observação: Apresentar carta de viabilidade da DESO/SAAE					
2.4	PROJETOS DE ESGOTO				
2.4.1	Projeto de Esgoto Sanitário com tratamento simples (fossa e filtro, sumidouro ou DAFA) *	m ²	20.000,00		
2.4.3	Projeto de Tratamento de Esgoto (fossa e filtro, sumidouro ou DAFA, no caso de contratação apenas do tratamento)	m ²	1.000,00		
Observação: * O cálculo da área equivale à área construída e o projeto dever ser Aprovado pela ADEMA					
2.5	PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL				
2.5.1	Drenagem Pluvial	m ²	20.000,00		
Observação: Incluindo a drenagem da climatização					
2.6	PROJETO DE IRRIGAÇÃO				
2.6.1	Áreas verdes/jardins	m ²	20.000,00		
2.7	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO				
2.7.1	Extintor (até 750m ²)	m ²	16.000,00		
2.7.2	Extintor + hidrante (acima de 750m ²)	m ²	4.000,00		
Observação: Aprovado no Corpo de Bombeiros					
2.8	PROJETO GLP (gás liquefeito de petróleo) ou GN (gás natural)				
2.8.1	Por medição individualizada				
2.8.1.1	Projeto de Instalação de GLP ou GN até 10 pontos	und	10,00		
Observação: Aprovado no Corpo de Bombeiros					
2.9	PROJETO ELÉTRICO				
2.9.1	Edificações comuns, incluindo área urbanizada	m ²	20.000,00		
2.9.2	Iluminação de áreas externas	m ²	20.000,00		
2.9.3	Iluminação artística (Luminotécnica)	m ²	7.000,00		
2.10	PROJETO DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - PDA				
2.10.1	Relatório de análise do risco de exposição acima de 750 m2	und	10,00		
2.10.2	Projeto de SPDA	m ²	13.500,00		
2.10.3	Projeto de Medição de proteção contra surtos (MPS)	m ²	1.500,00		
Observação: Aprovado no Corpo de Bombeiros					
2.11	PROJETO DE CIIMATIZAÇÃO				

2.11.1	Simple/Complexo	m ²	15.000,00		
Observação: Simple: Com equipamentos tipo spli ou aparelhos de janela. O projeto de arquitetura deverá indicar a localização dos condensadores/ Complexo: Sistema com centrais, fanc-coils, chiller, rede de dutos, etc...					
2.12	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO				
2.12.1	Projeto de voz, dados e antena coletiva	m ²	20.000,00		
2.13	PROJETO DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO - CFTV				
2.13.1	Projeto de CFTV	m ²	20.000,00		
Observação: Área atendida com equipamentos					
2.14	TRATAMENTO ACÚSTICO				
2.14.1	Tratamento Acústico	m ²	1.000,00		
Observação: Área contemplada					
2.15	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL -PGRSCC				
2.15.1	Plano de Gerenciamento de resíduos Sólidos - PGRSCC	und	25,00		
3	PROJETOS DE INFRAESTRUTURA				
3.1	ÁREAS LIVRES DE TERRENO EDIFICADO				
3.1.1	TERRAPLENAGEM E GEOMÉTRICO DE VIAS				
3.1.1.1	Terraplenagem e Geométrico de vias até 14.000,00	m ²	60.000,00		
	Terraplenagem e Geométrico de vias de 14.000,01 a 70.000,00	m ²			
	Terraplenagem e Geométrico de vias de 70.000,01 a 200.000,00	m ²			
	Terraplenagem e Geométrico de vias até 200.000,00	m ²			
OBSERVAÇÃO: com indicação de jazida					
3.1.2	PAVIMENTAÇÃO				
3.1.2.1	Pavimentação até 2.500,00	m ²	100.000,00		
	Pavimentação de 2.500,01 a 12.000,00	m ²			
	Pavimentação de 12.000,01 a 35.000,00	m ²			
	Pavimentação a partir de 35.000,00	m ²			
3.1.3	DRENAGEM PLUVIAL				
3.1.3.1	Simple/ complexas (Micro e Macrodrenagem) até 10.000,00	m ²	100.000,00		
	Simple/complexas (Micro e Macrodrenagem) de 10.000,01 a 50.000,00	m ²			
	Simple/complexas (Micro e Macrodrenagem) de 50.000,01 a 150.000,00	m ²			
	Simple /complexas (Micro e Macrodrenagem) a partir de 150.000,00	m ²			
3.1.4	ESGOTOS SANITÁRIOS				
3.1.4.1	Rede Condominial com Fossa e Filtro até 15.000,00	m ²	4.000,00		
	Rede Condominial com Fossa e Filtro de 15.000,01 a 165.000,00	m ²			
	Rede Condominial com Fossa e Filtro a partir de 165.000,00	m ²			
3.1.4.2	Tratamento de Maior Complexidade/Elevatória até 15.000,00	m ²	1.000,00		
	Tratamento de Maior Complexidade/Elevatória de 15.000,01 até 40.000,00	m ²			

	Tratamento de Maior Complexidade/Elevatória até 40.000,01 a 125.000,00	m ²			
	Tratamento de Maior Complexidade/Elevatória a partir de 125.000,00	m ²			
3.1.5	ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO/ ESTABILIDADE DE TALUDES				
3.1.5.1	Estruturas de Contenção/Estabilidade de Taludes até 3,00 m	m ²	3.000,00		
3.1.5.2	Estruturas de Contenção/Estabilidade de Taludes de 3,01 m a 6,00 m	m ²			
3.1.5.3	Estruturas de Contenção/Estabilidade de Taludes a partir de 6,01 m	m ²			
Observação: A área compreende o desnível x comprimento longitudinal					
3.2	VIAS DE ACESSO				
3.2.1	TERRAPLENAGEM E GEOMÉTRICO DE VIAS				
3.2.1.1	Terraplenagem e Geométrico de Vias	km	3,60		
Observação: Área considerada- área do terreno.					
3.2.2	PAVIMENTAÇÃO				
3.2.2.1	Pavimentação	km	3,60		
3.2.3	DRENAGEM PLUVIAL				
3.2.3.1	(Micro e Macrodrenagem)	km	3,60		
3.2.4	PROJETO ESTRUTURAL, DO CANAL DE MACRODRENAGEM				
3.2.4.1	Projeto Estrutural do Canal de Macrodrenagem	m	3.600,00		
3.2.5	PROJETO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL				
3.2.5.1	Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal	km	36,00		
3.2.6	CADASTRAMENTO DE INFRAESTRUTURA				
3.2.6.1	Cadastramento de Infraestrutura	km	3,60		
Observação: Incluir rede de água, energia, drenagem, gás, telefone e outros existentes.					
4	SERVIÇOS GEOTÉCNICOS E GEOLÓGICOS				
4.1	SONDAGEM DE SIMPLES RECONHECIMENTO DE SUBSOLO (percussão)				
4.1.1	Mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos (área concentrada)	und			
	em São Cristóvão	und	48,00		
4.1.2	Deslocamento entre furos, em mesma área				
	De 30 até 100m	und	144,00		
	De 101 até 500m	und			
De 501 até 2000m	und				
4.1.3	Por metro linear de sondagem	m	1.440,00		
4.2	SONDAGEM A TRADO E/OU POÇO DE VISITA				
4.2.1	Mobilização de pessoal e equipamentos				
	Em Aracaju	und	20,00		
	Até 30 km de Aracaju	und			
	De 31 a 60 km de Aracaju	und			
	De 61 a 100km de Aracaju	und			
Maior de 100 km de Aracaju	und				

4.2.2	Deslocamento entre furos, em mesma área				
	De 30 até 100m	und	60,00		
	De 101 até 500m	und			
	De 501 até 2000m	und			
4.2.3	Poço de Visita	m	180,00		
4.2.4	Trado	m	180,00		
4.2.5	Por cada determinação da taxa de percolação	m	180,00		
4.3	ENSAIOS DE LABORATÓRIO				
4.3.1	Ensaio de solo				
4.3.1.1	Granulometria por peneiramento	und	60,00		
4.3.1.2	Granulometria combinada (peneiramento+sedimentação)	und	60,00		
4.3.1.3	Limite de Liquidez	und	60,00		
4.3.1.4	Limite de plasticidade	und	60,00		
4.3.1.5	Compactação proctor normal/intermediário	und	60,00		
4.3.1.6	Índice de Suporte Califórnia	und	60,00		
4.3.1.7	Equivalente de areia	und	60,00		
5	TOPOGRAFIA				
5.1	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO SEMI-CADASTRAL DE VIAS				
5.1.1	Levantamento Planialtimétrico semi-cadastral de vias	km	30,00		
5.2	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALMÉTRICO SEMI-CADASTRAL DE ÁREAS				
5.2.1	Levantamento topográfico planialtimétrico semi cadastral de áreas		300.000,00		
	Áreas ate 1 ha	m2			
	Áreas de 1 ha a 5ha	m2			
	Áreas de 5 ha a 10ha	m2			
	Áreas de 10 ha a 25ha	m2			
	Áreas de 25a a 50 ha	m2			
	Áreas décima de 50 ha	m2			
5.3	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO BATIMÉTRICO SEMI-CADASTRAL DE ÁREAS				
5.3.1	Levantamento topográfico bati métrico semi cadastral de áreas		20.000,00		
	Áreas ate 1 ha	m2			
	Áreas de 1 ha a 5ha	m2			
	Áreas de 5 ha a 10ha	m2			
	Áreas de 10 ha a 25ha	m2			
	Áreas de 25a a 50 ha	m2			
	Áreas acima de 50 ha	m2			
5.4	TRANSPORTE DE COORDENADAS E ALTITUDE				
5.4.1	Transporte de Coordenadas	Km	6,00		
5.4.2	Transporte de Altitude	Km	6,00		

5.5	EQUIPE TOPOGRÁFICA DE CAMPO COMPLETA				
5.5.1	Equipe de Topografia de campo completa (com equipamento)	dia	60,00		
5.5.2	Equipe de Topografia de campo completa (com equipamento e escritório com Processamento e Desenho)	dia			
6	ORÇAMENTOS E ESPECIFICAÇÕES				
6.1	EDIFICAÇÕES				
6.1.1	PARA CONSTRUÇÕES NOVAS				
6.1.1.1	Orçamento	m2	33.000,00		
6.1.1.2	Especificações	m2	33.000,00		
6.1.2	PARA REFORMAS E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTES				
6.1.2.1	Orçamento	m2	14.000,00		
6.1.2.2	Especificações	m2	14.000,00		
6.1.3	PARA RESTAURAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS				
6.1.3.1	Orçamento	m2	5.000,00		
6.1.3.2	Especificações	m2	5.000,00		
6.2	INFRAESTRUTURA				
6.2.1	ORÇAMENTO				
6.2.1.1	Até 10.000,00 m2	m2	250.000,00		
	De 10.000,00 a 30.000,00 m2	m2			
	Acima de 30.000,00 m2	m2			
6.2.2	ESPECIFICAÇÃO				
6.2.2.1	Até 10.000,00 m2	m2	250.000,00		
	De 10.000,00 a 30.000,00 m2	m2			
	Acima de 30.000,00 m2	m2			
6.3	EQUIPAMENTOS URBANOS				
6.3.1	TIPO I Banco, sinalização, brinquedo, equipamento de ginástica, viveiro, pórtico, gradil**	und	3,00		
Observação: Não se pagará repetição de equipamento/ ** Valor para área até 50,00m2, acima dessa área, utilizar a tabela do item 1.1 arquitetura.					
6.4	URBANIZAÇÃO				118.030,00
6.4.1	ORÇAMENTO				
	Até 10.000,00 m2	m2	290.000,00		
	De 10.000,00 a 30.000,00 m2				
Acima de 30.000,00 m2					
6.4.2	ESPECIFICAÇÃO				
	Até 10.000,00 m2	m2	290.000,00		
	De 10.000,00 a 30.000,00 m2	m2			
	Acima de 30.000,00 m2	m2			
7	LAUDO DE VISTORIA				

7.1	Laudo de Vistoria	und	10,00		
8	LAUDO DE VISTORIA				
8.1	AVALIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO EM LAUDO MODELO SIMPLIFICADO				
8.1.1	Tipo 1 Unidade isolada habitacional uni familiar com avaliação do lote e do conjunto (terreno+edificação)	und	5,00		
8.1.2	Tipo 2 Sala, loja, galpão, prédio comercial com área construída superior a 250 m2 até 2.000 m2	und	3,00		
	Sala, loja, galpão, prédio comercial com área construída superior a 2.000 m2	und	3,00		
8.1.3	Tipo 3 Terreno com área até 5.000 m2	und	10,00		
	Terreno com área acima de 5.000 até 10.000 m2				
	Terreno com área acima de 10.000 m2				
8.2	AVALIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO EM LAUDO MODELO COMPLETO				
8.2.1	Tipo 1 Unidade isolada habitacional uni familiar com avaliação do lote e do conjunto (terreno+edificação)	und	5,00		
8.2.3	Tipo 3 Terreno com área acima de 10.000 m2	und	10,00		
	Terreno com área superior de 10.000 m2	und			
8.3	AVALIAÇÃO DE IMÓVEL RURAL EM LAUDO MODELO SIMPLIFICADO				
8.3.1	Imóvel de base rural com benfeitorias e culturas aplicadas Até 100 ha	und	2,00		
	De 100 a 250 ha				
8.4	AVALIAÇÃO DE IMÓVEL RURAL EM LAUDO MODELO COMPLETO				
8.4.1	Imóvel de base rural com benfeitorias e culturas aplicadas Até 100 ha	und	2,00		
	De 100 a 250 ha				
	Acima de 250 ha				
	TOTAL DE PROJETOS				

ANEXO VI
MINUTA DE TERMO/CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Termo/Contrato de Registro de Preços para prestação de serviços de engenharia e arquitetura que firmam o Município de São Cristóvão/SE e a empresa

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, pessoa jurídica público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na Praça Getúlio, nº 298, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, o **Marcos Antônio de Azevedo Santana**, brasileiro, casado, portador do RG nº 390.813 SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 171.332.895-04, e a empresa **XXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na ..., neste ato por conduto de seu representante legal, o Sr. **(nome)**....., **(nacionalidade)**, **(estado civil)**, **(profissão)**, Identidade nº.....(**Órgão exp.**)....., **de** .../.../...., CPF nº,doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **Contrato de Prestação de Serviços de Arquitetura e Engenharia**, sob a sistemática de registro de preços e sob a forma de empreitada por preço unitário, em conformidade com as normas, diretrizes e julgamentos da **Concorrência nº 00_/2022** e da Lei nº 8.666/93, e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

1. DO OBJETO

1.1. A **contratada** se obriga a elaborar/desenvolver para o **contratante**, sob o regime de empreitada por preço unitário e de acordo com a demanda, os **projetos executivos de arquitetura, de urbanismo, de infraestrutura e complementares de engenharia, modelados em software de tecnologia Building Information Modeling (BIM)**, de acordo com o Termo de Referência/Projeto Básico/Especificações Técnicas – Anexo I deste Edital, além das especificações e normas estabelecidas pela ABNT, e de acordo com sua proposta de preços.

1.2. Os serviços devem contemplar, ainda, os memoriais descritivos e de cálculo, as planilhas de quantidades e orçamentárias e cadernos de especificações e necessários e suficientes à execução das obras e serviços.

1.3. Os projetos deverão ser planejados e concebidos de forma a utilizar as novas tecnologias de materiais existentes no mercado, com a finalidade de aperfeiçoar o tempo de construção, atentando para a funcionalidade, a economia, a eficiência energética, a consciência ambiental e a acessibilidade.

1.4. Fica expressamente vedada a subcontratação dos serviços, salvo no caso de subcontratação parcial e após expressa autorização ou consentimento do contratante. Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com licitante que tenha participado da licitação.

1.5. O registro de preço e, por conseguinte, o presente contrato não importa em direito subjetivo de quem ofertou o preço registrado exigir a execução de seu objeto, sendo facultada ao contratante a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

1.6. Quando da assinatura deste instrumento, será exigido da contratada as vias atualizadas e válidas dos documentos exigidos e discriminados no item 7.4, alíneas de “c” a “g” do Edital, sendo dispensado se ainda válidos desde a licitação.

2. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução dos serviços, o **contratante** pagará à **contratada** uma remuneração calculada sobre os serviços efetivamente executados e aceitos pelo contratante, com base na planilha de quantidades e preços, parte integrante deste instrumento, cujo valor global as partes estimam em **R\$...**

2.2. Os projetos arquitetônicos, após sua entrega, serão submetidos à aprovação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que emitirá parecer como condição indispensável ao desenvolvimento dos projetos complementares de engenharia.

2.3. O **contratante** efetuará os pagamentos das faturas emitidas pela **contratada** com base nos serviços aprovados pelo gestor do contrato e aprovação dos projetos nos órgãos oficiais (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Concessionárias, etc.), observando-se, essencialmente, o seguinte:

*** 60% (setenta por cento) do valor dos produtos entregues, após análise e aprovação da contratante e reapresentação de 1ª via corrigida;**

*** 40% (cinquenta por cento) do valor dos produtos quando da efetiva aprovação pelos órgãos oficiais e após a entrega em três vias finais e 2 CD's.**

2.4. A **contratada** deverá apresentar as ART e/ou RRT de todos os projetos, acompanhadas dos respectivos comprovantes de quitação.

2.5. Para os projetos cuja aprovação nos órgãos seja dispensável, será pago o valor integral referente a cada um, quando da entrega do projeto executivo, após análise e aceitação do **contratante**.

2.6. Caso haja modificação de área (metragem quadrada) em qualquer uma das etapas do projeto em relação à tabela apresentada, o valor orçado para os serviços será mantido, não podendo a **contratada** solicitar pagamento de serviços extras.

2.7. O **contratante**, por sua vez, desde que atendidas as exigências supra e na forma de suas disposições internas, efetuará o pagamento da fatura **no prazo de 30 (trinta) dias**, mediante depósito em conta corrente indicada pela **contratada**, após a

apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite dos serviços pelo **contratante**.

2.8 As faturas só serão emitidas para pagamento após aprovação dos boletins de medições pela fiscalização e deve levar em consideração o intervalo de 30 (trinta) dias de execução ou um outro a critério do **contratante**.

2.9. Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pelo **contratante**, ou obrigações da **contratada** para com terceiros, decorrentes da obra, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o **contratante**, o pagamento será susinado para que a **contratada** tome as providências cabíveis. O ônus decorrente de sustações correrá por conta da **contratada**.

2.10. Por ocasião do faturamento, será exigida simultaneamente a apresentação dos comprovantes de recolhimento do INSS, FGTS, ISS e PIS, da cópia da matrícula da obra no CEI junto ao INSS, **nas hipóteses exigidas legalmente**, da cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU; bem como a folha de pagamento relativa ao mês da execução e demais condicionantes fixadas no Decreto Municipal nº 369/2017.

2.11. Sem prejuízo do disposto no item 2.10, caberá ao Município de São Cristóvão promover a retenção da parcela do ISSQN, quando e se ainda devido e na forma da legislação do Município da prestação dos serviços, além da retenção da contribuição previdenciária de que trata a Lei 8.212/91 e observados os limites ali impostos.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos financeiros para pagamento dos serviços objetos deste contrato são oriundos do Município de São Cristóvão cujas despesas se encontram consignadas na seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: **02051**. Classificação Funcional – Programática: **15.451.0013**. Projeto Atividade: **1701** Elemento de Despesa: **3390.39.00.00**. Fontes de Recursos: **15000000**.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO E DA RENOVAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, contado da respectiva assinatura, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o **contratante**, uma vez se tratar de prestação de serviços de execução continuada, limitada a prorrogação a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.2. Desejando as partes renovar o(s) contrato(s), por igual e sucessivo período de 12 (doze) meses ou por outro prazo menor e conveniente ao contratante, com vistas à

obtenção de preços e condições mais vantajosas, fica estabelecido o reajuste dos preços contratados dar-se-á com do INCC acumulado nos 12 (doze) meses da original contratação.

4.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com as necessidades e demandas do **contratante**.

4.4. O prazo de execução de cada projeto será aquele estimado pelo **contratante**, de acordo com a complexidade e especificações, quando da emissão das respectivas **ordens de serviço** e terá início a partir da notificação da **contratada**. Poderá esse prazo ser prorrogado mediante solicitação escrita da **contratada**, por razões justificadas e para qual última não tenha dado causa, a exclusivo critério do **contratante**.

4.5. Nenhum projeto será considerado entregue e o prazo cumprido se houver recusa pela **contratante** ou se não for aprovado nos órgãos oficiais ou entidades competentes.

4.6. Vencido o prazo de que trata o item 4.3. ou da eventual prorrogação, sem que os serviços tenham sido executados, restará configurado o inadimplemento da **contratada**, sujeitando-a à aplicação das penalidades prevista neste contrato ou no edital.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **contratante** obriga-se a:

5.1. Pagar à **contratada** os valores devidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo de requerimento com a nota fiscal, condicionada essa ao aceite pelo gestor do contrato.

5.2. Após a execução da obra/serviço, verificar sua conformidade quanto ao disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Especificações, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.3. Prestar os devidos esclarecimento e fornecer à Contratada as informações indispensáveis à execução do objeto.

6. DAS OBRIGAÇÕES SUPLEMENTARES DA CONTRATADA

6.1. Sem prejuízo do quanto mais aqui disposto, constituem obrigações suplementares da **contratada** o seguinte:

- a) manter durante a vigência do contrato uma estrutura administrativa mínima que suporte os compromissos assumidos para com **a contratante**, através de sede, sucursal ou filial na denominada região metropolitana de Aracaju/SE.
- b) elaborar os projetos de arquitetura, de urbanismo e complementares de engenharia em conformidade com o termo de referência, observadas as normas legais pertinentes, e garantir a entrega dos mesmos de acordo com o cronograma estabelecido;
- c) assumir inteira responsabilidade técnica pela elaboração dos projetos e documentos, correndo por sua própria conta todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, licenças e outras despesas concernentes à execução dos serviços;
- d) prestar, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos projetos e documentos que o gestor/fiscal do contrato julgar necessário conhecer ou analisar, e atender todas as convocações, inclusive extraordinárias, para reuniões na Secretaria de Infraestrutura;
- e) prestar, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos projetos e documentos que o gestor/fiscal do contrato julgar necessário conhecer ou analisar, e atender todas as convocações, inclusive extraordinárias, para reuniões na Secretaria de Infraestrutura;
- f) admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar para a execução dos projetos, correndo por sua conta todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, securitária, previdenciária e civil;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
- h) responsabiliza-se a **contratada** pelo pontual e integral pagamento da remuneração de seus empregados, inclusive das eventuais horas extras e dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridades quando devidos, além dos encargos sociais, previdenciários e de seguro, bem como com os custos de material de consumo, de alojamento, de mobilização e desmobilização, respondendo como única empregadora;
- i) a **contratada** assegurará ao **contratante** o direito de, a qualquer tempo, analisar sua documentação e verificar seus registros no cumprimento das obrigações legais e contratuais decorrentes desta avença;
- j) a **contratada** indenizará o **contratante** de todo e qualquer prejuízo e despesas resultantes de danos causados às suas instalações ou decorrentes de demandas judiciais ou sanções administrativas, inclusive honorários e custas, que essa última seja obrigada a arcar por ato de responsabilidade daquela primeira e vinculados à execução dos serviços objetos deste contrato;

l) a **contratada** garantirá ao **contratante** o livre acesso para a fiscalização dos trabalhos executados, comprometendo-se, ainda, a fornecer as informações, os dados e demais elementos que forem requisitados pelo Município ou por quem lhe fizer às vezes.

7. DOS DIREITOS AUTORAIS E DA PROPRIEDADE DOS PROJETOS E DOCUMENTOS

7.1. Será de propriedade do **contratante** os direitos patrimoniais dos projetos e demais documentação técnica objetos do termo de referência e deste Contrato, mediante expressa e irrevogável cessão pela **contratada**, já consolidada neste ato, independente de nova declaração, razão pela fica autorizado o Município de São Cristóvão e conseqüentemente a sua Secretaria de Infraestrutura usá-los, gozá-los e dispor deles de forma plena e irrestrita, podendo inclusive adaptá-los a seu critério e conveniência.

7.2. Por consequência, é vedado à **contratada** dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços, salvo com prévia autorização do **contratante**.

7.3. Toda a documentação técnica fornecida à **contratada** para execução dos trabalhos deverá ser devolvida ao **contratante**, juntamente com os desenhos de emissão final

8. DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a **contratada** pagará ao **contratante**, a título de cláusula penal, multa equivalente a até **20% do valor total do contrato ou da obrigação não cumprida**, sem prejuízo das demais sanções abaixo cominadas e pagamento das perdas e danos que acarretar ao **Município de São Cristóvão**.

8.2. Além da multa do item 8.1, o **contratado** também estará sujeito à sanção de advertência e/ou de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por um prazo de até 02 (dois) anos; bem como sujeito a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

8.3. As sanções acima referidas poderão ser aplicadas de forma cumuladas ou independentes, sendo autorizado ao **Contratante**, na hipótese de multa, o devido desconto ou a retenção dos valores que tenha eventualmente tenha a receber o **contratado**

8.4. Na imposição de multa, respeitado o limite de 20%, observar-se-á o seguinte critério:

a) 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não executados ou sobre a etapa do cronograma físico da obra não cumprido; ou

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução do objeto, ou sobre o valor da parcela da obra não execução, na hipótese de inadimplemento parcial.

8.5. Na hipótese da retenção ou da garantia prestada serem insuficientes, o valor da multa será cobrado judicial, com o acréscimo de correção monetária pelo IPCA e juros de mora de 1% ao mês, desde a data da imposição e notificação da multa.

8.6. O **contratante** poderá considerar rescindido o presente contrato, independente de notificação extrajudicial ou judicial, na hipótese também de inexecução total do contrato ou no caso de transcurso do prazo de execução cuja prorrogação não tenha sido por ela autorizada.

9. DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Sem prejuízo do disposto em Lei, o presente Contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pelo **contratante** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e/ou quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, **respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e que a contratada ficará obrigada a aceitar.**

9.2. Para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários da tabela de honorários da CEHOP não poderá ser reduzida, em favor da contratada, em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

9.3. Assim, tratando-se de alteração contratual para a inclusão de serviços novos, os preços devem ser apurados levando em consideração os referidos custos unitários da referida tabela de honorários de referência, aplicando em seguida o mesmo percentual de desconto inicialmente concedido, segundo as diretrizes do item 9.2.

9.4. Na hipótese de supressão, o limite acima estabelecido poderá ser excedido se houver acordo entre as partes. E qualquer que seja o motivo da alteração, a fim de que tenha validade, deve sempre constar do correspondente termo aditivo.

9.5. O não cumprimento de quaisquer cláusulas ou condições deste Contrato, devidamente comprovado, importará na sua rescisão, a critério da parte não inadimplente. Fica, porém, estabelecido que a rescisão dar-se-á imediatamente e sem qualquer aviso extrajudicial ou judicial, nos seguintes casos:

a) falência ou dissolução da firma contratada;

- b) superveniente incapacidade técnica da contratada, devidamente comprovada;
- c) não recolhimento pela contratada, dentro do prazo determinado, das multas que lhe forem impostas por Órgãos Oficiais;
- d) transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
- e) por se negar a contratada refazer qualquer trabalho realizado em desacordo com contrato, termo de referência e as especificações gerais e particulares da avença, no prazo que determinar a fiscalização da Contratante;
- f) atraso injustificado da conclusão dos serviços por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

9.6. Fica vedada a subcontratação do objeto do contrato, salvo no caso de subcontratação parcial e após expressa autorização ou consentimento do **contratante**. Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com licitante que tenha participado do certame.

9.7. Considerar-se-á parte integrante do Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital e seus anexos, além da proposta da licitante vencedora.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O recebimento provisório dos serviços objetos deste Contrato dar-se-á pelo engenheiro responsável do **contratante**, que verificará e atestará a fiel execução, em parecer escrito, comunicando a **contratada** de tudo a respeito.

10.2. Sucedendo vício ou erro de execução, a **contratada** deverá prontamente promover a correção, sob pena de inadimplemento contratual e das penalidades da cláusula sétima.

10.3. Considerar-se-ão recebidos em definitivos os serviços desde que transcorridos mais de 90 (noventa) dias do recebimento provisório e desde que não tenha havido oposição do contratante quanto aos serviços executados e desde que tenha a contratada efetuada a correção indicada pelo engenheiro/arquiteto responsável.

11. GESTOR DO CONTRATO

11.1. A gerência/fiscalização deste Contrato, para todos os efeitos, ficará a cargo de agente público que o contratante indicar ou a substituir.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A Contratada não poderá transferir, a qual título for ou por qualquer instrumento, os direitos e as obrigações decorrentes desta avença, nem caucioná-los, sem o expreso consentimento do contratante.

12.2. Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcritos, o edital da Concorrência nº ____/2022 e seus anexos, além da proposta ofertada pela contratada e anexos.

12.3. Nenhuma das disposições deste Contrato poderá ser considerada renunciada ou alterada, salvo aquelas decorrentes de instrumento aditivo. O fato de uma das partes eventualmente tolerar a falta ou descumprimento de obrigações pela outra não importará em sua alteração nem configurará novação, ficando mantido o direito de se exigir da parte faltosa ou inadimplente, a qualquer tempo, a regularização da falta ou o cumprimento integral da obrigação.

12.4. É obrigação da **contratada** manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. DO FORO DE ELEIÇÃO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Cristóvão para dirimir as controvérsias eventualmente advindas da interpretação deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo firmadas, assinam o presente instrumento em duas vias e de igual teor, para todos os efeitos.

São Cristóvão/SE, ____ de _____ de 2021.

AAAAAA
Contratante

BBBBBB
Contratado
CPF/MF.....

ANEXO VII

**INDICAÇÃO RESPONSÁVEL TÉCNICO E
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA RESPONSÁVEL TÉCNICO**

A licitante, por seu representante infra-assinado, indica o senhor (nome, profissão, CPF, identidade, endereço) como responsável técnico para a execução dos serviços objeto da Concorrência nº _____, o qual, mediante chancela abaixo, declara concordar com a sua indicação.

São Cristóvão, de de 2022.

Nome e Assinatura do Responsável Legal

Nome e Assinatura do Responsável Técnico

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO
MENOR**

Referente: Concorrência nº ____/2022.

.....(QUALIFICAR A EMPRESA), inscrita no
CNPJ/MF sob nº....., por intermédio de seu
representante legal o Sr....., portador da Carteira de Identidade
nº e do CPF nº....., DECLARA, para fins de
cumprimento quanto ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

RESPONDER:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

()SIM OU ()NÃO.

Local e data.

(Nome e assinatura do Responsável legal da PROPONENTE)

(Nome da Proponente)

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

Ref . Concorrência nº ____/2022.

A, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no subitem do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da lei, que a empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS.: Assinalar com um “X” a condição da empresa